

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Subsídio na energia será reduzido, diz ministro	2
Título: Tarifa social será mantida mesmo após desoneração da conta de luz, diz Aneel	3
Título: Cesp muda estratégia para enfrentar GSF	5
Título: BTG vai reduzir participação na Eneva para 23%.....	6
Título: Mais excesso de capacidade de aço traz risco global	8
Título: Vale ainda avalia passivos após Brumadinho	9
Título: Curtas	11
Título: Startups desenvolvem tecnologia para atender futura demanda pelo hidrogênio combustível	12
Título: Investimentos miram fontes renováveis do país	14
Título: Dejetos animais geram energia e até gás veicular.....	15
Título: Maior participação do gás na matriz traz preocupações ambientais	17
Título: Investidores miram fontes renováveis do país	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Congresso sabatina 1º escalão	20
Título: Êxito marca leilão de terminais portuários	22
Título: Câmara ameaça votar repasse de R\$ 39 bi a Estados.....	23
Título: Mais 3 barragens estão em alerta máximo	24
Título: Onyx sugere fim de conselho criado após tragédia de Mariana	26
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	27
Título: Com venda de ações, lucro do BNDES cresce 10% em 2018	27
Título: Brasil quer expandir exploração do pré-sal para fora de fronteira marítima	28
Título: ‘Não tenho apego ao cargo’	31

Título: Antes de Brumadinho. lucro da Vale chegou a R\$ 25,6 bi em 2018.....	34
Título: Indústria de Minas vê risco de falta de minério de ferro em até 60 dias	35

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Subsídio na energia será reduzido, diz ministro

A redução dos subsídios que encarecem as contas de luz foi defendida ontem pelo **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, em audiência pública na Câmara dos Deputados. Para ele, a queda do preço de oferta da energia eólica no Brasil pode ser considerado um sinal de que essa fonte de geração já não precisa mais do incentivo oferecido.

"Por que a eólica saiu de US\$ 121 e hoje é US\$ 19 o megawatt-hora? Só por isso já não se justifica nenhum subsídio, ou significa que podemos reduzir."

Albuquerque ressaltou que quase 50% da tarifa de energia elétrica "não tem nada a ver" com os custos de geração, transmissão e distribuição da energia. "São impostos e subsídios que todos nós pagamos", disse.

Atualmente, a Casa Civil analisa a edição de decreto que prevê a redução do subsídio oferecido a produtores rurais. Neste caso, a medida atende a um segmento que nem sequer faz parte do setor elétrico. A ideia é que o benefício, oferecido com descontos nas tarifas de energia, seja reduzido em 20% a cada ano até ser eliminado por inteiro.

Durante a audiência, Albuquerque alegou que, da mesma forma como muitos subsídios são considerados "válidos" na sua criação, é preciso estabelecer critérios para tirá-los da tarifa "de forma gradual quando eles não forem mais necessários".

Para o ministro, o investidor precisa estar ciente de que os benefícios dos subsídios servem a finalidades específicas. "Alcançado o propósito, ele tem que saber que aquele subsídio será retirado, para que a gente não transmita nenhuma insegurança ao investidor", afirmou.

Em seu segundo dia de participação em audiências públicas no Congresso, Albuquerque voltou a defender a capitalização da Eletrobras, assunto que já havia sido tratado em comissão do Senado.

Para o ministro, a estatal pode enfrentar situação semelhante à da companhia venezuelana de energia, a Corpoelec, se não recuperar sua capacidade de investimento. O ministro tem prometido concluir a definição do modelo de capitalização em junho e realizar a transação até o fim deste ano.

Sobre os problemas de fornecimento de energia pelo país vizinho ao Estado de Roraima, o ministro afirmou as falhas não se devem à "falta de vontade" do regime de Nicolás Maduro, mas sim por que não há recursos para a manutenção de equipamentos básicos, segundo relatos de funcionários venezuelanos à Eletronorte.

Aos deputados Albuquerque defendeu a recuperação financeira da Eletrobras por meio do modelo de capitalização, que prevê a diluição do controle da União (privatização). A operação envolve a retirada das usinas do regime de cotas, implantado pela ex-presidente Dilma Rousseff para reduzir as tarifas. Hoje, o governo revisa a proposta de capitalização deixada pelo ex-presidente Michel Temer que já previa a "descotização".

Para ministro, somente com a recuperação da capacidade de investimento, a Eletrobras poderá manter o controle sobre 30% do segmento de geração e 50% da transmissão de energia no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Tarifa social será mantida mesmo após desoneração da conta de luz, diz Aneel

O Brasil possui uma "grande base" de consumidores de energia incluídos na faixa de baixa renda que não recebem na conta de luz o benefício da tarifa social - desconto de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo - a que têm direito. Segundo o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Sandoval Feitosa, apesar do esforço de desoneração tarifária da autarquia, o subsídio da tarifa de baixa renda deve ser preservado.

Segundo a Aneel, 8,6 milhões de famílias recebem a tarifa social. No Cadastro Único para programas sociais do governo, porém, estão inscritas 22,2 milhões

de famílias. Para ser elegível à tarifa social, além do cadastro único, a família deve ter renda mensal per capita menor ou igual a meio salário mínimo, ou de até três salários mínimos em casos especiais (portador de doença ou deficiência que requeira uso continuado de equipamento elétrico). Segundo Feitosa, ainda que nem todos os inscritos no cadastro único sejam elegíveis, o número de famílias que têm direito a receber supera em muito as 8,6 milhões de beneficiadas hoje.

"É uma questão de justiça social a reavaliação dos subsídios na conta de energia, mas, por outro lado, deve-se buscar assegurar aos mais necessitados por lei o direito de receber o benefício", afirmou o diretor ao **Valor**

Segundo ele, é necessária a articulação entre distribuidoras de energia e prefeituras para identificar as famílias que podem ser incluídas no benefício. Esse engajamento, explicou, é importante para permitir que recursos que estão sendo gastos com energia possam ser utilizados por famílias de baixa renda para outras prioridades, além estimular a economia local.

No Maranhão, por exemplo, caso todas as famílias com cadastro único tivessem a tarifa social, elas deixariam de gastar com energia elétrica R\$ 227 milhões por ano.

Do ponto de vista tarifário, se o benefício fosse destinado de fato a quem merece, o subsídio da tarifa social aumentaria, "mas é uma questão de justiça social", disse.

Fora da questão da tarifa social, Feitosa disse que a Aneel busca retirar da tarifa itens que oneram e que não têm relação com o setor. "Nossa tarifa ainda cobre muitos custos que não são diretamente associados ao setor elétrico".

Em outra ponta, lembrou que está em discussão com o setor uma proposta de aprimoramento técnico para o acionamento das bandeiras tarifárias, com atualização dos valores. A proposta é passar de R\$ 1 para R\$ 1,50 por cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos, na bandeira amarela; de R\$ 3 para R\$ 3,50 na bandeira vermelha patamar 1; e de R\$ 5 para R\$ 6, na bandeira vermelha patamar 2.

Questionado em seminário no Rio sobre a regulação para uso de novas tecnologias no setor Feitosa explicou que "neste momento, a regulação está atendendo, mas não nos fecharemos para a tecnologia. Ela vindo, nós vamos inseri-la no debate regulatório".

Com relação ao mercado livre, após os calotes da ordem de R\$ 200 milhões provocados no início do ano por duas comercializadoras que não conseguiram honrar seus compromissos de compra e venda devido à alta súbita do preço à vista de energia, a Aneel planeja realizar uma avaliação do perfil de risco das empresas. Segundo Feitosa, o tema está em estudo, sendo discutido com agentes do mercado. "Uma linha de atuação pode ser avaliarmos o perfil de risco dessas comercializadoras", disse. "Isso ainda está sendo desenhado. Não é definitivo."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cesp muda estratégia para enfrentar GSF

Depois de registrar uma despesa de R\$ 819 milhões em 2018 devido à exposição ao déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês para diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada), a Cesp está atuando para contratar antecipadamente a exposição projetada para 2019 com o melhor preço possível.

A postura pró-ativa foi adotada depois que os novos controladores da Cesp - Votorantim Energia e fundo de pensão canadense CPPIB - assumiram o controle da companhia, no início de dezembro. Em janeiro, durante evento com investidores, o novo presidente da elétrica, Fábio Zanfelicce, disse que a companhia já tinha contratado 50% da exposição prevista para este ano. Ontem, em teleconferência sobre resultados de 2018, ele disse que a contratação chegou a 80%.

A aquisição dos 20% restantes deve ser concluída nos próximos dois meses, a depender da evolução da hidrologia e, conseqüentemente, dos preços. Como a expectativa, em dezembro, era de que 2019 tivesse preços baixos de energia, a Cesp deixou para comprar o restante neste início de ano. As chuvas esperadas, contudo, não vieram e os preços subiram muito entre janeiro e fevereiro.

"Ainda não concluímos a compra por conta da melhora recente do cenário hidrológico, estamos avaliando as projeções de preço para concluir a compra desse residual", disse Zanfelicce. O executivo disse acreditar que os preços de energia devem ceder um pouco nos próximos meses, como reflexo dessa melhora nas chuvas vista em março.

Além da comercialização de energia, a Cesp pretende ter uma posição estratégica pró-ativa para lidar com contingências judiciais. O saldo dessas

brigas na Justiça, ao fim do ano passado, era de R\$ 11,5 bilhões, dos quais R\$ 4,2 bilhões estão provisionados no seu balanço.

Zanfelize não entrou em detalhes sobre as expectativas da companhia, agora sob novo controlador, para o desfecho dessas ações, mas lembrou que a Cesp concluiu uma estruturação da sua área jurídica para ser mais organizada. Um dos focos é o trabalho nas ações emergenciais, em fase de julgamento ou decisão, e também naquelas que apresentam maior risco.

A discussão sobre a indenização pleiteada pela companhia pela devolução da hidrelétrica de Três Irmãos, por sua vez, deve ficar para o segundo semestre. Segundo Zanfelize, a companhia ainda aguarda a posição da União sobre o laudo de um perito independente no caso que corre na Justiça. "Entendemos que o melhor momento de avançar na negociação [com a União] é com a decisão em primeira instância, que esperamos que saia ao longo do segundo semestre", disse Zanfelize.

A reestruturação da companhia pelos novos donos também passa por mudanças internas. Em fevereiro, a Cesp concluiu um plano de demissão voluntária (PDV) que teve 327 adesões, com custo de R\$ 118 milhões.

Segundo Zanfelize, com as 327 adesões, haverá a redução de 47% no custo de pessoal da companhia, com prazo de retorno ("payback") em um ano e meio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: BTG vai reduzir participação na Eneva para 23%

O BTG Pactual continuará um sócio relevante da Eneva depois da oferta secundária ("follow on") anunciada ontem pela companhia, apurou o **Valor**. Hoje detentor de 26,8% das ações da empresa, o banco deve sair da oferta com uma fatia próxima de 23%.

Assim, deve continuar sendo o maior sócio da Eneva, igualando sua posição à da gestora Cambuhy, que tem 23% da empresa hoje.

A oferta secundária envolverá no máximo 60,5 milhões de ações, ou 19,2% do capital social da companhia. Serão vendidas ações hoje pertencentes aos sócios Itaú Unibanco (que tem 5,9%), Uniper Holding (6,1%), Banco Pine, Dommo Austria e BTG Pactual. O Banco Pine e a Dommo Austria não aparecem no formulário de referência da Eneva, por terem menos de 5% das ações. Inicialmente, a oferta envolverá 49,9 milhões de ações pertencentes ao grupo

de investidores. O acréscimo de 10,6 milhões de ações ficará a critério de BTG Pactual e Itaú.

Os bancos eram credores da Eneva e consolidaram a posição de acionistas em outubro de 2017, quando a companhia fez uma oferta subsequente primária e secundária marcando sua reestreia na bolsa. Na época, as ações foram precificadas a R\$ 11,00. Ontem, as ações da Eneva fecharam com queda de 3,76%, a R\$ 17,80. A fixação do preço por ação ocorrerá em 4 de abril.

Enquanto seus sócios se movimentam no que deve dar origem a uma reestruturação societária, a Eneva estuda planos de expansão e deixa para trás o passado de empresa problemática do grupo EBX, de Eike Batista. A companhia registrou lucro líquido ajustado de R\$ 307,6 milhões no ano passado, crescimento de 129% sobre 2017.

Na semana passada, ao comentar os resultados de 2018, o presidente da companhia, Pedro Zinner, contou que a Eneva estuda inscrever um projeto termelétrico a gás natural, a partir das reservas do campo de Azulão (AM), no leilão de atendimento ao sistema isolado de Roraima, previsto para ocorrer em maio. A alternativa faz parte do plano de monetização do projeto de Azulão, considerado um dos grandes objetivos da companhia para 2019.

"Azulão está bem posicionado para participar de ambos os leilões previstos para o segundo semestre deste ano, o A-4 e o A-6", afirmou Zinner, em carta aos acionistas divulgada junto com as demonstrações financeiras.

No documento, de 20 páginas, o executivo contou ainda que os outros quatro grandes objetivos da empresa para 2019 são a manutenção do índice de reposição de reservas em pelo menos 100%; conclusão do modelo de financiamento e o início da construção do projeto termelétrico de Parnaíba V; otimização do modelo de negócio da comercializadora de energia do grupo; e o desenvolvimento e implementação da estratégia de inovação da companhia.

A Eneva também pretende dobrar a capacidade instalada de geração até 2023. A companhia possui hoje 2,2 gigawatts (GW) instalados, além do projeto termelétrico de Parnaíba V, de 385 megawatts (MW), que contratou 326 MW no leilão de energia A-6, realizado ano passado e que negociou contratos de novos empreendimentos para início de fornecimento em 2024.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/03/2019****Seção: Empresas****Autor: Assis Moreira | De Genebra****Título: Mais excesso de capacidade de aço traz risco global**

A indústria siderúrgica global, que já enfrenta excesso de capacidade, poderá ter oferta adicional de 100 milhões de toneladas nos próximos três anos com os planos de novas usinas em várias partes do mundo. Essa situação pode reativar o risco de uma guerra global do aço. O Comitê do Aço, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), calcula que a capacidade de produção ficou quase inalterada em 2018, com 2,23 bilhões de toneladas, após quedas em 2017 e 2016.

Mas a expectativa é de que a capacidade de produção globalmente continue a exceder a demanda em 425,4 milhões de toneladas, num ambiente de baixo crescimento econômico global, conflitos comerciais e persistentes desequilíbrios estruturais.

Ao mesmo tempo, vários novos investimentos na indústria de aço continuam a ser feitos em torno do mundo e outros estão em estágio de planejamento, incluindo em regiões que já tem enorme excesso, como na Ásia do Leste, que inclui China, Coreia do Sul e Japão.

Se esses projetos se concretizarem, a capacidade siderúrgica global poderá crescer 4%-5% entre 2019-2021 na ausência de fechamento de fábricas, segundo a OCDE. O monitoramento da entidade mostra que investidores estrangeiros são a fonte de bom número desses projetos.

Estimativas apresentadas no Comitê da OCDE indicam que na Ásia estão em curso projetos na siderurgia com capacidade adicional de 53,4 milhões de toneladas, além de projetos para mais 10 milhões de toneladas até 2021.

No Oriente Médio, há projetos siderúrgicos em curso que aumentarão a capacidade em 25,1 milhões de toneladas e há projetos para mais 2,7 milhões de toneladas. Nos países do Nafta (EUA, México, Canadá), os projetos apontam para capacidade adicional de 4,5 milhões de toneladas. Na América Latina, o potencial de capacidade adicional entre 2019-2021 seria de 1,4 milhão de toneladas.

Globalmente, estão em curso a construção de usinas para produzir mais 88 milhões de toneladas de aço bruto por ano. E os projetos apontam para mais capacidade de 22,4 milhões de toneladas, tudo isso em três anos. Com uma economia mundial frágil, e capacidade adicional de produção, o risco é de os conflitos se acentuarem envolvendo o aço.

A China tem sido o principal alvo por seu excesso de capacidade e exportações baratas. Mas a Índia está cada vez mais no radar. No entanto, os indianos dizem que respeitam a orientação de mercado e que seu aumento de capacidade é para atender a demanda doméstica. Na China, o governo subsidia as siderúrgicas e resiste a fechar muitas fábricas que não são competitivas.

O Brasil é membro pleno do Comitê do Aço da OCDE desde 1994. E o embaixador brasileiro junto à entidade, Carlos Márcio Cozendey, diz que para o país "é importante um mercado sem distorções e sem barreiras artificiais".

As exportações brasileiras de aço estão submetidas a cotas na Europa. É um dos resultados da guerra deflagrada pelo presidente americano, Donald Trump, contra a China, maior produtor mundial de aço, com aumento das tarifas de importação da commodity. Os europeus, temendo que os exportadores buscassem outros mercados para compensar a perda de negócios nos EUA, decidiram se proteger com o instrumento de salvaguarda.

As maiores economias desenvolvidas e emergentes, que formam o G-20, tem um grupo para negociar a redução do excesso de capacidade de aço, e prevenir mais risco de conflitos comerciais. No entanto, resultados concretos para cortar subsídios que contribuem para o excesso não se concretizaram ainda.

As condições do mercado siderúrgico têm riscos potenciais. Os preços voltaram a cair em 2018. As exportações continuam a declinar em meio a mais ações protecionistas no mercado global. A OCDE afirma que o ano de 2018 foi caracterizado por uma alta significativa de ações para barrar importações de aço comparado a 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes, Rafael Rosas e Rodrigo Rocha | Do Rio e São Paulo

Título: Vale ainda avalia passivos após Brumadinho

A Vale informou ontem que ainda avalia os passivos potenciais que podem surgir da ruptura da barragem I da mina de Córrego de Feijão, em Brumadinho. A companhia indicou algumas provisões que fará neste ano, mas não apresentou um número total. "Devido ao estágio preliminar das diversas alegações e contingências, não é possível determinar um conjunto de resultados ou estimativas confiáveis da exposição potencial. Portanto, o valor de outros custos relacionados ao rompimento da Barragem I, que serão reconhecidos em 2019 não puderam ser estimados ainda", disse a empresa no Relatório da Administração de 2018.

Nas notas explicativas do balanço contábil do ano passado, a mineradora adiantou, no entanto, que vai fazer em 2019 a baixa dos ativos da mina Córrego de Feijão e os relacionados às barragens a montante no Brasil, o que irá resultar em perda de R\$ 480 milhões, com impacto negativo no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da companhia.

A Vale acrescentou que, com base nos termos acertados preliminarmente com o Ministério Público do Trabalho (MPT), a companhia estimou que esses acordos irão resultar em provisão de R\$ 850 milhões neste ano.

Mineradora estima que acordos com o Ministério Público de Trabalho irão resultar em provisão de R\$ 850 milhões

Os números foram divulgados juntamente com o desempenho operacional da companhia no ano passado, que confirmou a expectativa de bancos em relação a um resultado consistente, puxado por maiores preços no minério de ferro e menores custos de fretes. No quarto trimestre, a mineradora lucrou R\$ 14,48 bilhões, alta de 472% sobre igual período do ano anterior. O lucro consolidado de 2018 ficou em R\$ 25,6 bilhões, alta de 45% sobre os R\$ 17,6 bilhões de 2017.

A receita da Vale, por sua vez, atingiu R\$ 37,45 bilhões de outubro a dezembro do ano passado, com alta de 25,57% sobre igual período do ano anterior. A receita operacional da companhia em 2018 somou R\$ 134,48 bilhões, alta de 24% sobre 2017. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) do quarto trimestre foi de R\$ 17 bilhões, com aumento de 28% sobre o período outubro-dezembro de 2017. O Ebitda acumulado em 2018 foi de R\$ 61 bilhões.

Ainda nas notas explicativas às demonstrações financeiras, a mineradora informou que vai fornecer o benefício de seguro médico vitalício aos cônjuges viúvos e um benefício semelhante aos dependentes das vítimas de Brumadinho até que completem 22 anos, mas disse não ter condições de prever qual será o montante da provisão relacionada a essa obrigação. A Vale citou também acordo preliminar firmado com autoridades para fazer pagamento emergencial

aos moradores de Brumadinho e das comunidades que estiverem localizadas até um quilômetro do leito do Rio Paraopeba, desde Brumadinho até a cidade de Pompéu, via prévio cadastro.

"Em razão desse acordo, a companhia vai antecipar as indenizações por meio de pagamentos mensais, para cada membro da família e durante um período de 12 meses. Tais pagamentos mensais variam, entre outros, em função da idade. A companhia estimou inicialmente que a obrigação assumida resultará em uma provisão entre R\$ 1 bilhão e R\$ 2 bilhões, a depender do número de beneficiários que serão cadastrados."

A empresa atualizou os valores bloqueados pela Justiça até o momento. "Ao todo, cerca de R\$ 16,9 bilhões de ativos da companhia foram bloqueados, sendo que deste montante cerca de R\$ 468 milhões foram bloqueados nas contas bancárias da companhia, R\$ 12,6 bilhões foram convertidos em depósitos judiciais e R\$ 3,75 bilhões foram assegurados utilizando 75.312.728 de ações em tesouraria do total de 158.216.372 de ações em tesouraria detidas pela Vale em 31 de dezembro de 2018. A Vale disse ainda que até agora gastou R\$ 300 milhões em diferentes ações no caso Brumadinho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

CSN negocia com MP

O Ministério Público de Minas Gerais informou ontem que a CSN mudou seu posicionamento em relação a um pedido da promotoria para que moradores que vivem próximo a uma das barragens da empresa sejam removidos de suas casas para locais mais seguros. "Hoje [ontem] eles procuraram a promotoria para retomar as negociações e avaliar a possibilidade ou não de aceitar as cláusulas da nossa recomendação", afirmou ao **Valor** o promotor Vinícius Galvão que atua na cidade de Congonhas, onde está localizada a barragem de rejeito de minério da mina Casa de Pedra, da CSN. Vários moradores de Congonhas, dos bairros vizinhos da barragem, têm manifestado preocupação e pediram auxílio ao MP, segundo Galvão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/03/2019****Seção: Empresas****Autor: Andrea Vialli | Para o Valor, de São Paulo****Título: Startups desenvolvem tecnologia para atender futura demanda pelo hidrogênio combustível**

Ao lado da energia elétrica de origem renovável, o hidrogênio tem sido apontado como uma das grandes promessas para abastecer os veículos do futuro em substituição aos combustíveis fósseis. Um dos pontapés para a promoção do hidrogênio como combustível foi a criação do Conselho Mundial do Hidrogênio, durante o Fórum Econômico Mundial de 2017. Formado por 13 membros, a maioria do setor automotivo e de combustíveis – como Toyota, Honda, BMW, Total, Bosch e Air Liquide, entre outras companhias– o grupo assumiu o compromisso de aportar US\$ 1,5 bilhão por ano em investimentos em pesquisas envolvendo aplicações do hidrogênio.

Enquanto as grandes companhias globais se apuram para construir protótipos de veículos e estruturar sistemas de abastecimento, startups brasileiras estão desenvolvendo rotas tecnológicas para produzir hidrogênio combustível com recursos que são abundantes no país, tais como etanol de cana de açúcar e outros tipos de biomassa. A ideia é ter as tecnologias prontas para quando a demanda real chegar.

Com sede em Sumaré (SP), a Hytron foi fundada em 2003 como uma spin-off do Laboratório de Hidrogênio da UNICAMP e tem como negócio a produção de hidrogênio para aplicações industriais, energéticas e automotivas. A empresa desenvolveu o primeiro reformador de etanol do Brasil, um equipamento com tecnologia 100% nacional que permite a produção do hidrogênio a partir do etanol de cana de açúcar com alto grau de pureza, que pode ser utilizado tanto para uso pela indústria (alimentícia, metalurgia, vidro) quanto para combustível.

Os reformadores produzidos pela startup produzem o hidrogênio com 99,999% de pureza e têm capacidade para atender demandas de até 240 mil metros cúbicos/mês, de acordo com Daniel Lopes, diretor comercial da Hytron. “A principal inovação está em entrar com um combustível 100% renovável, que é o etanol, e sair com um hidrogênio ultrapuro, que pode ser utilizado em qualquer aplicação”, diz Lopes.

O equipamento experimental está pronto para ser instalado pelos primeiros clientes industriais e, na área de combustível, a empresa negocia com montadoras e distribuidoras para formatar o primeiro posto de abastecimento

de hidrogênio produzido a partir do etanol. Os sistemas desenvolvidos pela Hytron também permitem a produção de hidrogênio a partir do gás natural, biogás, glicerol e por eletrólise de água. Desde o início das atividades, a startup já captou R\$ 40 milhões em projetos de P&D da Fapesp, CNPq e Aneel.

A startup começou a desenvolver uma tecnologia que produz querosene sintético para uso na aviação utilizando como insumo apenas hidrogênio, água e gás carbônico captado da atmosfera. O projeto, inédito, é uma cooperação entre os governos da Alemanha e do Brasil, com apoio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O plano é desenvolver sistemas para produção descentralizada de até 500 litros/dia de querosene sintético de aviação para uso em áreas remotas. “Estas tecnologias vão contribuir para que a inserção do Brasil na economia do hidrogênio, já que têm como pano de fundo a descarbonização e a sustentabilidade”, diz Lopes.

Outra startup que está trilhando o caminho do hidrogênio é a Ergostech, de Campinas (SP). Fundada em 2004 por meio de uma parceria com a cervejaria japonesa Sapporo, o plano era viabilizar a produção de bioenergia a partir dos resíduos da produção de cerveja, mas o escopo foi ampliado.

Após receber um aporte da Petrobras em 2010, a Ergostech passou a desenvolver soluções em biotecnologia para produzir hidrogênio, biogás e outros produtos a partir de resíduos agroindustriais. Como o mercado para o hidrogênio ainda é incerto no Brasil, a startup voltou-se para o mercado americano: está construindo uma fábrica em Fresno, na Califórnia, que deverá entrar em operação em 2021. Vai produzir hidrogênio a partir de biomassa, com resíduos agrícolas e das indústrias alimentícias locais.

Para 2022, a startup já está fechando parcerias com distribuidoras de combustíveis da região para montar quatro postos de abastecimento de hidrogênio combustível. O foco são veículos pesados. “São os caminhões e ônibus que vão viabilizar a economia do hidrogênio, já que eles demandam de 60 a 80 kg do combustível para encher o tanque, enquanto um carro de passeio utiliza apenas 4 kg de hidrogênio”, afirma Yumi Watari, sócia diretora da Ergostech.

Alguns países vêm tomando a dianteira nas pesquisas com hidrogênio, como EUA, Japão e Alemanha. Apesar do otimismo das startups, ainda é cedo para mensurar o quanto a chamada economia do hidrogênio poderia beneficiar o Brasil. “Estimativas atuais colocam o custo de produção de hidrogênio a partir de energia limpa em torno do mesmo preço que a produção de gás natural até o final da década de 2020. Mas os mercados que vão consumir esse hidrogênio ainda são imaturos”, diz Kobad Bhavnagri, especialista em projetos especiais da BloombergNEF, consultoria de energia renovável do grupo Bloomberg.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/03/2019****Seção: Suplemento - Sustentabilidade****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Investimentos miram fontes renováveis do país**

De petroleiras a geradoras de energia elétrica, as fontes renováveis têm tornado o Brasil destino frequente de novos investimentos. A gigante global Shell, que atende 3% da demanda de energia mundial e quer, em 20 anos, ser a maior empresa de eletricidade do mundo, tem o país como uma prioridade de investimento. Uma das líderes em comercialização de energia elétrica na América do Norte, a Shell espera crescer no mercado brasileiro com investimentos em fontes renováveis, como a eólica e a solar.

"Estamos olhando todas as opções; as oportunidades são inúmeras e há uma fase dourada para investir de forma integrada, seja para o mercado seja livre, seja com os leilões", diz Frederico Saliba, presidente da Shell Energy Brasil, braço de comercialização da empresa no país. Em operação desde 2017, a empresa tem 100 clientes em seu portfólio.

O gás natural é outro vetor de crescimento. A empresa é uma das acionistas do projeto de Marlim Azul, uma termelétrica licitada no leilão A-6 de 2017. A intenção é de que pelo menos 10% da energia seja vendida para o mercado livre. "Estamos desenhando o projeto com nossos parceiros. O investimento está na estratégia de integração com o setor elétrico", diz Saliba. O projeto, em parceria com a Mitsubishi e o Pátria Investimentos, com 565 MW de potência, usa gás de poços do pré-sal. A empresa é um dos maiores players privados na camada.

A norueguesa Equinor (ex- Statoil), que tem participação relevante no pré-sal operando o bloco de Carcará, uma das principais fronteiras de produção de óleo da empresa no planeta, está investindo além do universo de óleo e gás no Brasil. No fim do ano passado, inaugurou no país seu primeiro projeto solar do mundo. O complexo, com capacidade produtiva de 162 MW, operado pela Scatec Solar, foi instalado em Quixeré, no Ceará. "Em todo o mundo, a Equinor está comprometida em prover energia de forma mais sustentável e acreditamos

que a geração de energia a partir de fontes renováveis será uma parte fundamental disso. O Brasil tem grande potencial para a geração de energia solar e eólica", afirma Verônica Coelho, vice-presidente da Equinor Brasil.

Equinor e Petrobras firmaram no fim do ano passado memorando para desenvolvimento de negócios em energia eólica offshore no Brasil. As empresas estão investigando ainda outras áreas de cooperação, incluindo o desenvolvimento de iniciativas em renováveis. A estatal não tem usinas eólicas no mar e a norueguesa opera três parques eólicos na costa do Reino Unido.

"Temos conversado com partes interessadas relevantes para melhor entendermos o potencial para futuros projetos. A meta é desenvolver negócios competitivos para projetos de energia eólica offshore no Brasil, mas antes temos de entender melhor o ambiente regulatório e condições comerciais que eventualmente serão aplicadas", diz Verônica.

A Enel também tem investido no país, em geração renovável e em distribuição (adquiriu o controle da AES Eletropaulo ano passado). O grupo já gerencia cerca de 2,9 GW de capacidade instalada renovável, dos quais 842 MW de energia eólica, 820 MW de energia solar fotovoltaica e 1.269 MW de energia hídrica. Além disso, tem mais de 1 GW em execução, conquistados nos leilões de 2017.

"São três projetos eólicos e um solar em fase de execução - um investimento superior a US\$ 1 bilhão", diz Roberta Bonomi, responsável pela Enel Green Power no Brasil. Entre 2019 e 2021, o grupo planeja investir € 1,6 bilhão (R\$ 6,9 bilhões) no desenvolvimento de novos projetos renováveis no Brasil, segundo o atual plano estratégico global da companhia. A empresa utiliza empreiteiras nacionais para a construção de seus projetos eólicos e, no caso da tecnologia solar, segue buscando conciliar a competitividade de seus projetos com empresas instaladas no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Suplemento - Sustentabilidade

Autor: Lauro Veiga Filho | Para o Valor, de Goiânia

Título: Dejetos animais geram energia e até gás veicular

A Embrapa Suínos e Aves, instalada em Santa Catarina, decidiu incrementar seu projeto de produção de biogás a partir de dejetos de animais e desenvolveu um sistema de biofiltro para purificação do gás, resultando num biometano com 90% de pureza, segundo pesquisador Airton Kunz, chefe de pesquisa e

desenvolvimento da unidade e responsável pelo projeto. O sistema utiliza bactérias que reduzem em 90% a concentração de sulfeto de hidrogênio, ou gás sulfídrico (H₂S), no biogás, tornando-o apropriado tanto para a geração de energia quanto para utilização como gás veicular, que já vem sendo consumido em escala experimental em um dos veículos da frota da empresa.

O gás sulfídrico corrói caldeiras, motores e geradores, reduzindo sua vida útil. Gerado como resíduo no processo desenvolvido pela Embrapa, que dispensa aditivos químicos, o enxofre elementar poderá ser aproveitado como fertilizante. Depois de passar pelo biofiltro, o metano é submetido ainda a outra etapa para retirada da umidade e eliminação do gás carbônico ainda na Unidade de Produção de Biometano, nomeada BiogásFORT, onde um protótipo opera em escala experimental desde o final de outubro passado.

Com nove plantas de abate e processamento de suínos em Santa Catarina e uma em Rio Verde (GO), e um plantel de 32 mil matrizes, a Master Agroindustrial quer tornar todas as suas unidades autossuficientes em energia elétrica nos próximos dois ou três anos, afirma Cleonei Gregolin, gerente de meio ambiente e de desenvolvimento de projetos do grupo. O projeto deverá exigir investimentos entre R\$ 7,0 milhões a R\$ 8,0 milhões, prevendo-se a geração de 700 a 80 megawatts por mês a partir dos rejeitos de suínos.

A Granja São Roque, de Videira (SC), uma das maiores do grupo, com 10 mil matrizes, já utiliza o sistema de tratamento de efluentes com tecnologia da Embrapa Suínos e Aves, conhecida como Sistrates, gerando em torno de 140 a 150 MW mensais, suficientes para suprir 60% da demanda interna. Segundo Gregolin, o projeto consumiu R\$ 3,0 milhões em investimentos, dos quais 70% vieram do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O processo adotado pela Master permite eliminar 65% a 68% do ácido sulfídrico, o que já contribui para reduzir o desgaste dos geradores e prolongar sua vida útil. “Nosso propósito é produzir energia para atender principalmente o sistema de aeração das granjas”, diz Gregolin. Entre outras vantagens, as mudanças no marco regulatório da geração distribuída permitem que a empresa utilize a cogeração para reduzir sua fatura de energia ao final do mês.

O pecuarista Arno Schneider decidiu adotar a integração dos pastos com o plantio de teca já há 18 anos, com resultados positivos especialmente nas áreas de bem-estar animal e ambiental. “A diversificação é sempre uma prática saudável em qualquer setor econômico”, comenta. Atualmente, em sua fazenda em Santo Antônio de Leverger, próximo a Cuiabá, ele cultiva teca num sistema de adensamento em pouco mais de 100 hectares e explora a espécie, em consórcio com a pecuária, em outros 140 hectares, somando aproximadamente 250 hectares. A área total destinada a pastagens alcança alguma coisa ao redor de 2,0 mil hectares, para um plantel de 2,4 mil fêmeas da raça nelore.

Schneider dedica-se quase exclusivamente à atividade de cria, entregando a invernistas, que vão fazer a terminação dos animais, bezerros de alta linhagem destinados à produção de carne gourmet. O produtor adota o sistema de inseminação artificial a tempo fixo (IATF), que permite sincronizar os ciclos do rebanho de matrizes, e utiliza sêmen de gado aberdeen angus. “Com isso, consigo preços 30% a 35% melhores do que com o nelore”, comenta.

Nas suas contas, Schneider imagina que 10 a 15 árvores em crescimento tenham potencial para mitigar as emissões geradas por uma vaca. Na prática, isso significa dizer que a propriedade consegue compensar integralmente as emissões de carbono. Na área de plantio mais adensado, são 400 pés de teca por hectare, que se somam a 100 pés por hectare cultivados em integração com a pecuária, num total aproximado de 125,0 mil árvores. O pecuarista acredita que o mercado tende a se tornar mais exigente e “o consumidor vai querer saber como e onde a carne foi produzida. Essa ‘pegada’ ambiental será mais forte e meu produto de ser valorizado em função do sistema ambientalmente sustentável que adoto”, reforça.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 28/03/2019

Seção: Suplemento - Sustentabilidade

Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo

Título: Maior participação do gás na matriz traz preocupações ambientais

Com a construção de usinas a fio d’água, sem grandes reservatórios de acúmulo de água, e o avanço de fontes intermitentes, como eólica e solar, o gás natural deverá aumentar sua presença na matriz elétrica, o que deve elevar as emissões do setor elétrico. Isso coincide com o acréscimo da produção de petróleo do pré-sal, em que há gás associado ao óleo extraído. Como há limites ambientais para sua queima e existem obstáculos técnicos para sua reinjeção, o insumo terá de ser aproveitado. Não é a única preocupação ambiental que a construção de usinas termelétricas a gás natural traz. As estações de resfriamento desses empreendimentos exigem o consumo elevado de água, o que faz com que a instalação dos projetos tenha de adotar uma visão ampla de impacto.

“O consumo de água é outra questão relevante nas térmicas, o que faz com que a sua localização ganhe ainda mais importância. É preciso analisar quais as bacias hidrográficas em que a pressão desse consumo não seja significativa. Em algumas regiões do Sudeste ou próximo do rio São Francisco, pode criar pressões”, diz o diretor executivo do Instituto de Energia e Meio Ambiente, André Ferreira.

A entidade está estudando em quais bacias hidrográficas a instalação de térmicas teria menos impactos. “Há também a poluição local do ar, além da emissão de poluentes globais”, afirma. Em 2014, quando o Brasil quase passou por um racionamento de energia elétrica e as térmicas chegaram a responder por cerca de 30% da geração elétrica em alguns momentos, a emissão de dióxido de carbono chegou a 80 milhões de toneladas. Em 2017, ficou em 58 milhões de toneladas.

“As emissões do setor elétrico deverão aumentar com o avanço das térmicas, a incerteza é sobre o ritmo: elas irão ser colocadas na base e as hidrelétricas irão atuar nas variações do sistema ou será o contrário?”, aponta Ferreira. O avanço das térmicas deverá ocorrer por uma série de fatores: do óleo extraído nos campos, virá gás associado, o que deverá dobrar a produção do insumo para 250 milhões de metros cúbicos diários em 2030. Terá de haver um fim para o aumento de gás, já que há restrições técnicas para ele ser reinjetado e não pode haver ampliação da queima por questões regulatórias. Hoje de uma produção de pouco mais de 110 milhões de metros cúbicos por dia, reinjetam-se pouco mais de 30 milhões de metros cúbicos por dia e queimam-se pouco mais 3,5 milhões de metros cúbicos diários. “Uma opção será usar o gás para térmicas”, diz o vice-presidente da Electra Energy e ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana.

Quando estava à frente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Barroso brincava que no Natal seu pedido número um de presente era que a energia de base fosse obtida pela construção de hidrelétricas com reservatórios, mas ele já sabia que sua demanda era ilusória, já que, por questões econômicas e socioambientais, isso não seria possível na quantidade necessária. “Então vamos para a geração térmica, onde o gás é a tecnologia natural. Aqui há uma pergunta sobre qual gás usar: pré-sal ou importação?”, questiona.

Se o gás do pré-sal for muito barato, para ele, não há dúvidas de que é a opção mais atraente. “Mas isso não é claro para todo mundo pois existirão necessidades de reinjeção e isso pode tornar esse gás mais caro. Aí entra a competição com o gás regaseificado, que é importado e que está hoje bem barato. No longo prazo, a fonte nuclear mesmo pode ter um papel importante dependendo da competitividade relativa de preços entre esta fonte e as térmicas a gás”, observa Barroso.

Ele aponta que outra questão é qual será o modelo de negócios para introduzir uma tecnologia que precisa gerar na base. “Aqui eu acho importante que esta tecnologia de base seja ‘contestada’ por outras opções, pois pode haver fontes que entregam os mesmos serviços a preços menores”, destaca. Nesse sentido, para ele, o governo federal já efetuou mudanças nos leilões em 2017, quando foram criadas condições para que térmicas de base competissem contra térmicas mais flexíveis (que possuem custo do gás mais caro).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 28/03/2019****Seção: Suplemento - Sustentabilidade****Autor: Roberto Rockmann | Para o Valor, de São Paulo****Título: Investidores miram fontes renováveis do país**

De petroleiras a geradoras de energia elétrica, as fontes renováveis têm tornado o Brasil destino frequente de novos investimentos. A gigante global Shell, que atende 3% da demanda de energia mundial e quer, em 20 anos, ser a maior empresa de eletricidade do mundo, tem o país como uma prioridade de investimento. Uma das líderes em comercialização de energia elétrica na América do Norte, a Shell espera crescer no mercado brasileiro com investimentos em fontes renováveis, como a eólica e a solar.

"Estamos olhando todas as opções; as oportunidades são inúmeras e há uma fase dourada para investir de forma integrada, seja para o mercado seja livre, seja com os leilões", diz Frederico Saliba, presidente da Shell Energy Brasil, braço de comercialização da empresa no país. Em operação desde 2017, a empresa tem 100 clientes em seu portfólio.

O gás natural é outro vetor de crescimento. A empresa é uma das acionistas do projeto de Marlim Azul, uma termelétrica licitada no leilão A-6 de 2017. A intenção é de que pelo menos 10% da energia seja vendida para o mercado livre. "Estamos desenhando o projeto com nossos parceiros. O investimento está na estratégia de integração com o setor elétrico", diz Saliba. O projeto, em parceria com a Mitsubishi e o Pátria Investimentos, com 565 MW de potência, usa gás de poços do pré-sal. A empresa é um dos maiores players privados na camada.

A norueguesa Equinor (ex- Statoil), que tem participação relevante no pré-sal operando o bloco de Carcará, uma das principais fronteiras de produção de óleo da empresa no planeta, está investindo além do universo de óleo e gás no Brasil. No fim do ano passado, inaugurou no país seu primeiro projeto solar do mundo. O complexo, com capacidade produtiva de 162 MW, operado pela Scatec Solar, foi instalado em Quixeré, no Ceará. "Em todo o mundo, a Equinor está comprometida em prover energia de forma mais sustentável e acreditamos que a geração de energia a partir de fontes renováveis será uma parte

fundamental disso. O Brasil tem grande potencial para a geração de energia solar e eólica", afirma Verônica Coelho, vice-presidente da Equinor Brasil.

Equinor e Petrobras firmaram no fim do ano passado memorando para desenvolvimento de negócios em energia eólica offshore no Brasil. As empresas estão investigando ainda outras áreas de cooperação, incluindo o desenvolvimento de iniciativas em renováveis. A estatal não tem usinas eólicas no mar e a norueguesa opera três parques eólicos na costa do Reino Unido.

"Temos conversado com partes interessadas relevantes para melhor entendermos o potencial para futuros projetos. A meta é desenvolver negócios competitivos para projetos de energia eólica offshore no Brasil, mas antes temos de entender melhor o ambiente regulatório e condições comerciais que eventualmente serão aplicadas", diz Verônica.

A Enel também tem investido no país, em geração renovável e em distribuição (adquiriu o controle da AES Eletropaulo ano passado). O grupo já gerencia cerca de 2,9 GW de capacidade instalada renovável, dos quais 842 MW de energia eólica, 820 MW de energia solar fotovoltaica e 1.269 MW de energia hídrica. Além disso, tem mais de 1 GW em execução, conquistados nos leilões de 2017.

"São três projetos eólicos e um solar em fase de execução - um investimento superior a US\$ 1 bilhão", diz Roberta Bonomi, responsável pela Enel Green Power no Brasil. Entre 2019 e 2021, o grupo planeja investir € 1,6 bilhão (R\$ 6,9 bilhões) no desenvolvimento de novos projetos renováveis no Brasil, segundo o atual plano estratégico global da companhia. A empresa utiliza empreiteiras nacionais para a construção de seus projetos eólicos e, no caso da tecnologia solar, segue buscando conciliar a competitividade de seus projetos com empresas instaladas no país.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Política

Autor: RENATO ONOFRE, TEO CURY, BRENO PIRES, IDIANA TOMAZELLI, EDUARDO RODRIGUES, LÍGIA FORMENTI e ANNE WARTH BRASÍLIA

Título: Congresso sabatina 1º escalão

Participação de titulares da Esplanada em audiências na Câmara e no Senado é marcada por protestos, bate-boca e selfies

Sete dos 22 ministros do governo Jair Bolsonaro participaram ontem de audiências no Congresso para dar explicações sobre seus trabalhos à frente das

respectivas pastas. Diante do clima hostil entre governo e parlamentares, enfrentaram protestos e perguntas mais ríspidas, mas também houve recepções amistosas, com direito a selfie. Na primeira audiência do dia, um grupo de dez índios, liderados pela líder indígena Sônia Guajajara, que foi candidata a vice-presidente pelo PSOL, aguardava a chegada do ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Eles protestaram contra a municipalização da saúde indígena. O tumulto do início, porém, contrastou com o clima ameno no restante da sessão (mais informações na pág. A17). O clima estava bem mais tenso na Comissão de Educação da Câmara. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que balança no cargo, foi bastante criticado, mesmo levando assessores, que a toda hora o auxiliavam. Deputados classificaram suas respostas como vagas. A deputada Tabata Amaral (PDT-SP) cobrou dados do ministro por duas vezes e, diante de respostas que considerou evasivas, pediu que deixasse a pasta. "O senhor não tem respostas. O senhor vem aqui sem dados. É um desrespeito ao Brasil. O senhor não sabe o que está acontecendo."

Vélez rebateu. "Se a senhora não espera resposta, por que faz perguntas?" O ministro mais aguardado do dia, no entanto, era o da Economia, Paulo Guedes, que, na véspera, havia cancelado sua participação em uma comissão da Câmara. Ele foi à tarde à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e admitiu que faltou no dia anterior para não "tomar tiros nas costas" do partido do governo, o PSL (mais informações na pág. B1). "Fui aconselhado (a não ir), tem gente que cuida de mim. Me disseram que o meu partido ia atirar em mim, que a oposição ia atirar em mim e não teria nem relator. Parece que semana que vem não levarei tiro nas costas do meu partido, só pela frente (da oposição)", afirmou.

Na comissão do Senado, porém, foi duramente questionado e, num dos momentos mais tensos, acusado de mandar a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) "calar a boca", o que negou. Um pouco antes, ao responder a uma interpelação da senadora, disse: "A senhora terá o seu horário", e não respondeu. Filho do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) foi ao seu auxílio defender a reforma da Previdência. "O avião está caindo." Outra audiência concorrida foi a do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, que encontrou no Senado um ambiente mais favorável que na Câmara, onde chegou a trocar farpas com Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Casa.

Houve até risadas quando o senador Jorginho Mello (PR-SC), em meio a elogios, perguntou como Moro estava se sentindo no governo. "O senhor nunca foi muito sorridente", brincou. O clima foi ameno também para **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Ex-assessor parlamentar da Marinha, ele apresentou propostas com o microfone na mão, como um palestrante. No fim, tirou selfie com um vereador de Jacundá (PA), que acompanhava a audiência.

Sem pausas. Quem não teve trégua foi o chanceler Ernesto Araújo na Comissão de Relações Exteriores da Câmara. A reunião foi a mais longa do dia – sete horas e intervalo de apenas dois minutos e 57 segundos, como frisou o presidente da comissão, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). O ministro precisava ir ao banheiro.

Com tantos ministros no Congresso, o do Meio Ambiente, Ricardo Salles, teve uma audiência esvaziada na comissão da sua área no Senado. Parlamentares justificavam que precisavam se retirar para acompanhar as reuniões com Guedes ou Moro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Êxito marca leilão de terminais portuários

Foram bem-sucedidos os leilões de quatro áreas localizadas nos Portos de Cabedelo, na Paraíba, e Vitória, no Espírito Santo, promovidos pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Foi evidente o interesse despertado nos grupos econômicos Raízen, Ipiranga e BR Distribuidora, que já atuavam nos Portos de Cabedelo e de Vitória e pagaram, respectivamente, R\$ 24 milhões e R\$ 195,5 milhões pela cessão onerosa das áreas por 25 anos, oferecidas pelo lance mínimo de R\$ 1,00 cada uma.

Cabedelo, na região central do Nordeste, já é plenamente integrado aos modais marítimo, ferroviário e rodoviário. O terminal arrendado em Vitória inclui-se entre os denominados green fields, em que tudo está por fazer, impondo elevados investimentos. O êxito dos leilões segue-se ao dos 12 aeroportos também licitados em março, no primeiro leilão de infraestrutura do governo Bolsonaro. O ministro de Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que o valor arrecadado nas outorgas nos Portos de Cabedelo e Vitória superou as expectativas do governo.

"Saímos entusiasmados, daqui a duas semanas tem mais", disse Freitas sobre novos leilões de terminais portuários, em Belém e Vila do Conde, ambos no Estado do Pará. Em breve, acrescentou o ministro, o governo deverá apresentar editais para a licitação de terminais nos Portos de Santos, de Paranaguá, no Paraná, e de Suape, em Pernambuco. Os investimentos das distribuidoras de combustíveis estão relacionados não só com a expectativa de crescimento do mercado interno, mas do comércio internacional de derivados de petróleo.

As perspectivas são de extração crescente de óleo e gás das áreas do pré-sal, em parte com destino à exportação, ao mesmo tempo que a Petrobrás vende campos maduros. Até 2026, segundo estudos recentes da Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE), o Brasil poderá se tornar um dos cinco maiores exportadores de petróleo do mundo. Com um nível de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, ou taxa de investimento) entre 16% e 17% do Produto Interno Bruto (PIB), o País está entre os que menos aplicam em infraestrutura, o que limita a expansão do comércio. O resultado dos leilões de aeroportos e de terminais portuários mostra que há apetite de investidores, estimulando o lançamento de novos editais de infraestrutura, como os de rodovias e ferrovias.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Economia

Autor: Camila Turtelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

Título: Câmara ameaça votar repasse de R\$ 39 bi a Estados

Valor seria compensação para governos regionais à Lei Kandir, que desonerou ICMS das exportações; bancada ruralista articula votação

A Câmara dos Deputados ameaça votar projeto que obriga o governo federal a repassar R\$ 39 bilhões aos Estados como compensação da Lei Kandir, que desonerou o ICMS das exportações. A articulação parte, principalmente, de parlamentares da bancada ruralista e vem no rastro da aprovação relâmpago, na noite de terça-feira, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que amarra ainda mais a gestão do Orçamento. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), no entanto, diz que espera o "sinal verde" da equipe econômica para pautar o projeto. A área econômica trabalha nos bastidores para barrar mais essa pauta-bomba para as contas públicas com a negociação conjunta de um programa de ajuda aos Estados.

A estratégia é buscar diálogo e negociar com os parlamentares e governadores acordo para um novo projeto, que inclui a divisão com Estados e municípios de recursos da exploração do pré-sal. A elaboração do projeto já vinha sendo negociada, mas a crise política colocou os repasses da Lei Kandir na ordem do dia. O governo não incluiu no primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas do Orçamento previsão de despesas para compensar a Lei Kandir em 2019, o que desagradou aos governadores e suas bancadas.

Guedes quer acabar com a compensação da Lei Kandir aos Estados, que não considera mais devida, e substituí-la por um acordo global que pode garantir mais recursos para os governos regionais nas próximas décadas via uma divisão do Fundo Social do pré-sal. "Os Estados nem sonham com os recursos que vão

começar a receber quando o petróleo sair do chão", afirmou o ministro em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Guedes afirmou que o Tribunal de Contas da União (TCU) analisou a questão e isentou a União da dívida, como antecipado pelo Estadão/Broadcast. Na avaliação de um integrante da equipe econômica, o novo formato do Fundo Social ao longo do tempo pode ser melhor para todos os Estados do que a Lei Kandir.

A fonte destaca que é preciso buscar diálogo aberto e maduro com o Congresso e mostrar que a União não tem dinheiro para compensar a Lei Kandir. O corte de R\$ 30 bilhões do Orçamento seria uma prova. Desenho. A nova proposta que está sendo desenhada para o Fundo Social vai pegar parte da receita da União com a exploração do pré-sal para dividir com os Estados. Como vai aumentar muito a produção de petróleo, inclusive com o leilão dos barris excedentes da cessão onerosa, ganharão uma receita recorrente por mais de 30 anos.

O impasse em torno do tema é que os Estados querem dinheiro novo no caixa para enfrentar a crise financeira em 2019 e essa divisão só poderá ocorrer em 2020, depois de mudança na legislação do pré-sal. É que os recursos do fundo não podem ser compartilhados agora porque, pela legislação atual, a divisão traria impacto fiscal negativo nas contas públicas, já que têm que ser contabilizados como despesa primária. O deputado Silvio Costa Filho (PRB-PE), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Novo Pacto Federativo, apresentou para o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), uma pauta prioritária para os municípios, com o pedido de votação do projeto sobre a Lei Kandir.

Costa Filho acredita que o projeto pode ser pautado em até 15 dias. Líder da bancada de Mato Grosso, o deputado e ex-ministro da Agricultura Neri Geller (PP-MT) disse que a regulamentação da compensação da Lei Kandir é uma demanda da bancada ruralista. Maia, no entanto, negou que o projeto seja pautado em breve. Antes da crise aberta com o Executivo, ele disse que não tem como debater s "enquanto não vier sinal verde da equipe econômica". COLABORARAM IDIANA TOMAZELLI e EDUARDO RODRIGUES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE

Título: Mais 3 barragens estão em alerta máximo

Estruturas da Vale em Nova Lima e em Ouro Preto subiram o nível de segurança, indicando risco de ruptura. Barão de Cocais vive vigília

Mais três barragens da mineradora Vale no Estado de Minas Gerais foram colocadas em alerta máximo para rompimento na noite de ontem. Duas ficam na cidade de Ouro Preto e uma em Nova Lima, no distrito de São Sebastião das Águas Claras, conhecido como Macacos. Sirenes foram acionadas como protocolo na zona de auto salvamento (ZAS) das três barragens. As estruturas deixam o nível 2 e passam para o nível 3 de segurança, o que significa risco iminente de ruptura. A barragem em Nova Lima é a B3/B4. Em Ouro Preto são as estruturas Forquilha 1 e Forquilha 3.

As informações foram confirmadas pelo coordenador adjunto da Defesa Civil de Minas Gerais, Flávio Godinho, que afirmou não ter ocorrido nenhuma retirada de moradores na noite de ontem. Residentes na zona de auto salvamento das estruturas já haviam sido retirados de casa em 16 de fevereiro, no caso de Nova Lima, e no dia 20 do mesmo mês, em relação a Ouro Preto. No caso da barragem de Macacos, 305 moradores foram obrigados a deixar os imóveis. Em Ouro Preto, a evacuação somou aproximadamente 75 pessoas.

Uma comunidade em Nova Lima chamada Honório Bicalho, apesar de estar fora da zona de auto salvamento, poderia ser evacuada na noite de ontem, segundo Godinho. Ainda conforme o representante da Defesa Civil, não há possibilidade de a lama das barragens em Ouro Preto atingir a região Central do município. Quatro moradores de comunidades que também não estavam na ZAS foram retirados das residências. Em nota, a Vale afirmou que "a ação é necessária pois auditores independentes de segurança de barragens contratados pela empresa informaram que essas estruturas não receberiam Declarações de Condição de Estabilidade por terem fator de segurança abaixo do novo limite estabelecido na portaria 4 da Agência Nacional de Mineração (ANM), publicada em 18 de fevereiro de 2019".

A empresa afirmou ainda que "assim, a Vale acionou, de forma preventiva, o protocolo para início do nível 3 do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) para as três estruturas". A mineradora diz que "adotará as medidas necessárias, com apoio da Defesa Civil e dos demais órgãos competentes, para orientar os moradores da Zona de Segurança Secundária (ZSS) de Macacos/Nova Lima e Ouro Preto e prepará-los, com treinamentos e simulado de evacuação, em caso de situação de rompimento de barragem". E "continua adotando uma série de medidas preventivas para aumentar a condição de segurança de suas barragens".

Conforme a empresa, "é importante lembrar que as barragens B3/B4, Forquilha 1 e 3 são barragens a montante inativas – portanto, que não recebem rejeitos remanescentes da Vale e fazem parte do plano de descaracterização anunciado pela empresa em 29 de janeiro de 2019". Vigília. Com as elevações de ontem,

chegou a quatro o número de represas da Vale em Minas em alerta máximo para rompimento em menos de uma semana. Na sexta-feira, o reservatório de rejeitos da mineradora em Barão de Cocais também recebeu nível 3 de segurança e a cidade vive um estado de vigília. O temor se intensificou e moradores que poderão ser atingidos chegam a manter o carro pronto na garagem com documentos, álbum de formatura de filhos e lembranças da residência que pode ser destruída.

Ponto de encontro e rota de fuga são expressões que passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores. Nas ruas, a circulação de carros da polícia com a sirene ligada indica a mobilização das autoridades para realizar o treinamento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Onyx sugere fim de conselho criado após tragédia de Mariana

Ministro-chefe da Casa Civil alega redução de burocracia; comitê fiscaliza ações de compensação

O comitê criado para fiscalizar e orientar atos de compensação que devem ser cumpridos pelas mineradoras Vale e BHP Billiton por causa da tragédia de Mariana, em novembro de 2015, corre o risco de acabar. A recomendação partiu do ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que pediu ao Ministério do Meio Ambiente para que seja "analisada a extinção, adequação ou fusão" deste comitê e de outros que envolvem a participação da pasta.

Em suas argumentações, Onyx diz que pretende reduzir a burocracia e dar transparência à gestão pública. O rompimento da barragem da Samarco, controlada por Vale e BHP Billiton, matou 19 pessoas e deixou um rastro de destruição socioambiental sem precedentes, com o lançamento de 39 milhões de metros cúbicos de rejeito de mineração, lixo que escoou por uma extensão de 670 quilômetros de cursos de água, desde o município de Mariana (MG), até Linhares, no litoral do Espírito Santo. A criação do chamado Comitê Interfederativo (CIF) de Mariana não foi um ato político.

Trata-se de uma resposta à tragédia e cumprimento de decisão judicial e Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre a União, os Estados do Espírito Santo e de Minas e a Samarco. Sua missão é a de orientar e validar os atos da Fundação Renova, organização instituída pela Samarco para gerir e executar as medidas de recuperação dos danos. Esse trabalho ainda não tem data para acabar.

Além da participação do poder público e da mineradora, o comitê reúne ainda representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público Estadual (MPE), Defensoria Pública, Ibama, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e representantes dos municípios atingidos. "O próprio MMA estranhou esse pedido. Isso é resultado de inexperiência. O comitê cumpre uma decisão judicial. Nem pode acabar", disse uma fonte ao Estado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Com venda de ações, lucro do BNDES cresce 10% em 2018

Rio de Janeiro- O BNDES registrou lucro de R\$ 6,7 bilhões em 2018, crescimento de 10% com relação ao verificado no ano anterior. O desempenho do banco, porém, foi prejudicado pelo calote em financiamentos concedidos a Venezuela e Cuba.

Desde 2016, com a melhora do mercado de ações, o BNDES tem vendido fatias de empresas em que tem participação. Em 2018, apenas com papéis da Petrobras e da Vale, o banco lucrou R\$ 4,8 bilhões.

O lucro total com venda de empresas passou de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 6.1 bilhões. Assim, o lucro do BNDESPar, braço de participações do banco estatal, foi de R\$ 7,2 bilhões, alta de 90%.

O presidente do BNDES, Joaquim Levy, disse em entrevista que o banco continuará reduzindo sua participação em empresas, também com o objetivo de reduzir os efeitos das volatilidades do mercado em seu balanço.

A estratégia no mercado de ações está sendo alterada, para privilegiar empresas nascentes e instrumentos financeiros para financiar investimentos em infraestrutura. "Queremos encontrar aplicações e ativos que diminuam a volatilidade e tenham mais valor adicionado. Carregar Petrobras não traz valor adicionado", afirmou.

Levy defendeu a atuação do BNDESPar, citando a operação de venda da Eletropaulo para a italiana Enel em junho.

"Pegamos uma empresa que estava em crise, que tinha certas dificuldades, fomos melhorando a governança, preparamos para passar para o nível mais alto da bolsa e, no final, em parte pelo mercado, em parte pela melhora da empresa, apareceu um investidor."

O BNDES era o segundo maior acionista da distribuidora e lucrou R\$ 1,1 bilhão com a venda das ações para a Enel.

O volume de empréstimos do banco permaneceu em queda, refletindo o desempenho da economia e a redução de subsídios na concessão de financiamentos. O BNDES fechou 2018 com uma carteira de R\$ 520 bilhões em empréstimos, 7% amenos do que no ano anterior.

Assim, o lucro com a intermediação financeira caiu de R\$ 8,3 bilhões para R\$ 6,4 bilhões. Com o bom resultado na venda de ações, o banco pagou 62% mais impostos do que em 2017, chegando a um montante de R\$ 5,2 bilhões.

As provisões contra calotes somaram R\$ 5,9 bilhões com a inclusão na lista de contratos assinados com empreiteiras para obras na Venezuela e em Cuba, no valor de R\$ 2,2 bilhões para cada país. Como os países estão atrasando os pagamentos, os contratos entraram na lista de devedores duvidosos do banco estatal.

Levy frisou, porém, que são contratos garantidos pelo Fundo de Garantia à Exportação, vinculado ao Ministério da Fazenda, que cobrirá eventuais dívidas nos contratos.

O presidente do BNDES disse que o banco está estudando a melhor forma de devolver ao Tesouro recursos emprestados nos governos petistas para subsidiar financiamentos.

Ao fim de 2018, esses recursos somavam R\$ 307 bilhões, R\$ 109 bilhões amenos do que em 2017.

O governo pede R\$ 126 bilhões em 2019 para ajudar a reduzir o déficit fiscal. “Acredito [que a devolução] será significativa, muito alinhada com as expectativas do governo”, disse ele, acrescentando que o banco está se organizando e reorientando atividades para devolver os recursos “de maneira bem organizada”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 28/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Brasil quer expandir exploração do pré-sal para fora de fronteira marítima

Agência estuda leiloar em 2020 blocos além das 200 milhas náuticas reconhecidas pela ONU

Rio de Janeiro- Com base em estudos geológicos que apontam grande potencial de reservas de petróleo, o governo estuda oferecer, pela primeira vez, blocos exploratórios além dos limites de 200 milhas náuticas (cerca de 370 quilômetros) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) como sua plataforma continental.

O Brasil tenta na ONU, desde 2004, expandir esses limites e, embora o pleito ainda não tenha sido totalmente atendido, a exploração e produção de petróleo na região na frente da Bacia de Santos já foi autorizada.

O grupo que acompanha o tema na ONU diz ser desejável que a área seja ocupada.

O tema está nas mãos do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética): a ANP informou que já sugeriu ao órgão a inclusão de blocos localizados fora da zona econômica exclusiva em leilão de petróleo que será realizado em 2020.

“Na avaliação da agência, a região da Bacia de Santos que está localizada além do limite das 200 milhas náuticas possui potencial para descobertas de jazidas petrolíferas na camada pré-sal”, diz a ANP

“Estamos diante da possibilidade de grande riqueza extra, não prevista até dois anos atrás”, afirma o geólogo Pedro Zalán, que fez carreira na Petrobras e hoje dirige a consultoria Zag.

Ele analisou dados coletados pela norueguesa Spectrum Geo em uma área que se estende entre o litoral catarinense e a região dos Lagos, ao norte do Rio, e diz ter identificado fora das 200 milhas estruturas subterrâneas semelhantes às que contém os grandes reservatórios do pré-sal.

Ele estima que, por analogia, as estruturas poderiam conter entre 20 e 30 bilhões de barris de petróleo e gás em recursos prospectivos (termo que define recursos ainda não encontrados).

No pré-sal já conhecido, diz, a estimativa é que os recursos prospectivos somem 40 bilhões de barris.

A expectativa, porém, ainda embute grande risco, já que é feita com base em pesquisa sísmica — espécie de ultrassonografia do subsolo. A sísmica é a primeira etapa na atividade de exploração de petróleo.

Para confirmar a existência de petróleo ou gás natural, é preciso perfurar poços — às vezes com milhares de quilômetros de extensão.

Em caso positivo, ainda há um trabalho de delimitação dos reservatórios, que avalia se os volumes são comercialmente viáveis.

A exploração de petróleo no país vem caminhando rumo às 200 milhas náuticas há alguns anos.

Na 16a rodada de licitações da ANP marcada para outubro, já há blocos colados à linha imaginária que define o limite da zona econômica exclusiva brasileira.

O limite foi determinado pela Convenção da ONU sobre o Direito do Mar e entrou em vigor em 1994.

Até 2004, os países signatários puderam apresentar propostas de extensão dos limites da plataforma continental, com base em informações geológicas.

Inicialmente, o Brasil ganhou direito a explorar economicamente um território marítimo de 3,6 milhões de quilômetros quadrados, no qual tem exclusividade sobre atividades econômicas, instalações de ilhas artificiais e proteção da vida marinha, por exemplo.

Nas negociações com a ONU, o país tenta ampliar a área para 4,5 milhões de metros quadrados. Hoje, as partes divergem sobre 190 mil quilômetros quadrados, distribuídos entre os litorais das regiões Norte e Nordeste.

O potencial econômico vai além do petróleo — há perspectivas também para a exploração de minérios como cobalto e manganês — o que leva a Marinha a chamar a área de “Amazônia Azul”.

Segundo a Convenção Internacional dos Direitos do Mar, a exploração das riquezas deve gerar pagamentos à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos de até 7% do valor da produção, caso o país não seja importador do recurso.

A Marinha diz que o pleito em relação à Margem Sul, que inclui a região da Bacia de Santos, já foi “totalmente analisado” pela ONU e recomendações sobre o caso devem ser encaminhadas ainda neste ano.

Ainda assim, a avaliação é que há base legal para a atividade, diz o professor da USP Wagner Menezes, que preside a Academia Brasileira de Direito Internacional.

“Se não houvesse o prolongamento [da zona econômica exclusiva], esse espaço seria internacional e não poderíamos aproveitar essa riqueza.”

Técnicos do setor alertam que a atividade petrolífera além das 200 milhas enfrenta desafios tecnológicos e de logística.

A lâmina d'água (distância entre a superfície e o fundo do mar), por exemplo, pode ultrapassar os 3 mil metros — no campo de Lula, maior produtor do país, por exemplo, são cerca de 2,2 mil metros.

Além disso, a grande distância da costa dificulta o transporte de equipamentos, insumos e trabalhadores às plataformas, pois ultrapassa o limite de autonomia dos helicópteros atuais e demandaria bases de abastecimento no meio do caminho.

Procurado, o **MME (Ministério de Minas e Energia)**, que coordena o CNPE, não comentou o caso, alegando que é a ANP quem cuida dos estudos sobre o potencial petrolífero do país. A ANP não informou quantos blocos gostaria de licitar na área.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/03/2019

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA E MANOEL VENTURA

Título: 'Não tenho apego ao cargo'

Guedes afirma que não vai brigar para ficar, mas que não sairá na primeira derrota

BRASÍLIA- O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que pode deixar o cargo caso suas propostas sejam rejeitadas. A declaração foi feita durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, num momento em que o governo vive crise na articulação para aprovar a reforma da Previdência no Congresso. O ministro ressaltou, no entanto, que seria irresponsável se deixasse o cargo após a primeira derrota.

— Se o presidente apoiar as coisas que eu acho que podem resolver para o Brasil, eu estarei aqui. Agora, se ou o presidente ou a Câmara ou ninguém quer aquilo, eu vou obstaculizar o trabalho dos senhores? De forma alguma. Eu voltarei para onde sempre estive. Tenho uma vida fora daqui — disse Guedes, ao ser questionado se ficaria no cargo caso a reforma da Previdência não seja aprovada.

O ministro afirmou ainda que não tem “apego ao cargo”: — Venho para ajudar, acho que tenho algumas ideias interessantes. Aí o presidente não quer, o Congresso não quer. Vocês acham que vou brigar para ficar aqui? Eu estou aqui para servi-los. Se ninguém quiser o serviço, vai ser um prazer ter tentado. Mas

não tenho apego ao cargo, desejo de ficar a qualquer custo, como também não tenho inconsequência e irresponsabilidade de sair na primeira derrota.

Segundo ele, se não houver reforma da Previdência, não teria o que fazer no governo: — Só se for para apagar incêndio, vou entrar para o Corpo de Bombeiros de Brasília, para ajudar vocês — disse.

A audiência ocorreu um dia depois de Guedes ter desmarcado uma visita à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara por falta de apoio da própria base e de os deputados terem aprovado uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que engessa ainda mais o Orçamento. Durante cerca de cinco horas na CAE, o chefe da equipe econômica defendeu a reforma, prometeu ajudar estados e fez críticas à capacidade de negociação do governo. Segundo ele, falta “alguma coisa” entre os próprios integrantes do Executivo: — Tem havido uma falha dramática. O governo que entra com aprovação popular enorme, em 60 dias envia uma medida anticrime, manda uma reforma previdenciária, é um governo que está trabalhando. Quando parte para o Congresso, o principal opositor dele é ele mesmo. Está falhando alguma coisa entre nós.

Guedes afirmou que desistiu de ir à CCJ, onde discutiria a reforma da Previdência, por temor de “tomar pedra”: — É assustador. Eu ontem tomei um susto também. Disseram que fui convocado para depor em um lugar que não tem relator, onde todo mundo está preparado para jogar pedra, o seu partido também — disse o ministro, acrescentando: — Estou cansado. Quando você vê, levou um balaço de gente, que é nossa mesmo.

A ida do ministro à Câmara está marcada para a próxima quarta-feira. Dessa vez, disse ele, “parece que eu não vou levar tiro do meu partido pelas costas”.

Ao comentar sobre o que consegue segurar de pressões, Guedes usou as imagens da hidrelétrica de Itaipu e da barragem da Vale que desabou em Brumadinho: — Eu estou mais para Brumadinho que Itaipu.

‘DEMONSTRAÇÃO DE PODER’

A aprovação da PEC que reduz o controle do governo sobre o Orçamento foi classificada por Guedes como uma “demonstração de poder” por parte da Câmara. O ministro afirmou que a medida vai “estourar o teto de gastos mais rápido”. Guedes é a favor de um Orçamento livre de vinculações e obrigações.

— Eu proponho o pacto federativo com empoderamento da classe política para não ter mais nada carimbado. A medida de ontem (terça-feira) está carimbando gastos. O lado que carimba mais ainda eu não gosto. Vai estourar o teto de

gastos mais rápido — disse o ministro, que depois ponderou: — Mas ninguém mais legítimo para gastar o dinheiro que o deputado eleito.

Aos governadores, Guedes prometeu pacotes bilionários. Garantiu que em 30 dias o governo apresentará o chamado Plano de Equilíbrio Financeiro (PEF), que dará fôlego aos estados. A ideia é que o Tesouro dê aval a empréstimos de acordo com planos de ajuste fiscal apresentados pelos entes regionais. Os financiamentos seriam de ao menos R\$ 10 bilhões.

No médio prazo, o ministro disse que será possível repassar R\$ 4,5 bilhões por ano a cada estado, com recursos principalmente da exploração do pré-sal, sem detalhar como essa divisão seria organizada. O modelo substituiria as compensações da Lei Kandir, que isentou o ICMS sobre exportações de petróleo.

VERSÃO DA VENEZUELA

A outra proposta para os estados é a chamada PEC do pacto federativo, que prevê a desvinculação do Orçamento. Segundo o ministro, seria uma forma de garantir a descentralização dos recursos, o que ajudaria os entes no longo prazo.

Guedes defendeu a reforma da Previdência. Disse que há um descontrole dos gastos públicos, cuja primeira fonte de desequilíbrio é o sistema de aposentadorias. O tema rendeu um dos poucos momentos tensos, quando o ministro disse que parlamentares se aposentavam com privilégios e discutiu com a senadora Kátia Abreu (PDT-TO). Outros senadores saíram em defesa da colega. No fim, Guedes se desculpou.

À noite, o presidente Jair Bolsonaro voltou a usar as redes sociais para defender a Nova Previdência: “Negar que hoje temos um problema que pode gerar uma catástrofe econômica que afetará a todos, principalmente os mais pobres, seria total irresponsabilidade com a população brasileira. Não queremos mentiras agradáveis! Nosso compromisso é com a verdade!”

Para Guedes, os problemas econômicos do país são sistêmicos. O ministro disse que, graças à democracia, o Brasil vive uma versão “mitigada” da crise da Venezuela.

Na chegada de Guedes à comissão, os corredores foram esvaziados. Segundo seguranças, a pedido do ministro. O Ministério da Economia, porém, informou que não solicitou que qualquer cidadão fosse retirado em razão da presença de Guedes.

A definição de “governos de esquerda” do ministro da Economia, Paulo Guedes, gerou debate entre senadores ontem na audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Guedes costuma falar que, após o regime militar, o Brasil passou a ser comandado por governos de esquerda que jogaram o país numa armadilha de baixo crescimento preparada pela social-democracia.

> Diante da tese do ministro, o tucano Tasso Jereissati (PSDB-CE) reagiu. O senador ironizou o rótulo de esquerda dado a nomes como o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-ministro Pedro Malan, o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco e o economista André Lara Resende.

— Eu queria entender que definição de esquerda é essa. (...) Gustavo Franco, por exemplo, é um comunista perigoso — comentou Tasso.

> Guedes disse que é uma forma simplificada de se referir a governos passados que classifica como sociais-democratas. E afirmou que se tenta criar uma liberal-democracia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/03/2019

Seção: Economia

Autor: GLAUCE CAVALCANTI

Título: Antes de Brumadinho. lucro da Vale chegou a R\$ 25,6 bi em 2018

Resultado do primeiro trimestre deste ano será afetado por baixa contábil e bloqueio de recursos após acidente

A Vale registrou lucro líquido de US\$ 6,86 bilhões em 2018, o equivalente a R\$ 25,65 bilhões. É avanço de 24,6% sobre 2017. O resultado foi divulgado ontem, após o fechamento do mercado. O anúncio, inicialmente previsto para 13 de fevereiro, foi adiado devido ao desastre de Brumadinho, ocorrido há dois meses, que deixou mais de 300 vítimas entre mortos e desaparecidos.

A mineradora afirma que já promoveu uma baixa contábil relativa à mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho, e a ativos relacionados a barragens estruturadas a montante, o mesmo sistema usado pela que se rompeu em janeiro. Em relatório, a Vale afirma que a decisão resultará em perda contábil, que afetará a demonstração de resultado da companhia no primeiro trimestre. Até agora, a Vale já teve um total de R\$ 11 bilhões bloqueados pela Justiça e foi intimada a fazer depósito judicial de R\$ 7,4 bilhões deste total. Outros R\$ 5,55 bilhões foram bloqueados a pedido da Justiça do Trabalho, da Segunda Vara Cível de Nova Lima (MG) e da Comarca de Barão de Cocais.

‘CAIXINHA DE SURPRESAS’

Na esfera ambiental, a mineradora recebeu sanções administrativas de R\$ 250 milhões do Ibama e de R\$ 99 milhões da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais.

Antes da divulgação dos resultados, as ações da Vale encerraram em baixa de 2,94%, a R\$ 12,61, num dia de perdas na Bolsa. A companhia reforçou que, dois dias após o desastre, o Conselho de Administração da Vale suspendeu o pagamento de dividendos aos acionistas.

Pedro Galdi, analista da Mira e Asset, diz que o resultado veio acima das expectativas:

— A companhia teve resultado forte em 2018. Após Brumadinho, esse cenário pode mudar. O primeiro trimestre será uma caixinha de surpresas. Será preciso fazer baixas contábeis. E, com produção menor, as vendas cairão. Mas preço do minério de ferro disparou, o que pode compensar.

Os investimentos ao longo do ano recuaram 1,63%, para US\$ 3,78 bilhões. O endividamento líquido teve queda de 46,8%, a US\$ 9,65 bilhões.

Em 2018, a produção de minério de ferro subiu 4,9%, alcançando 384,6 milhões de toneladas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 28/03/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E GLAUCE CAVALCANTI

Título: Indústria de Minas vê risco de falta de minério de ferro em até 60 dias

O rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, no fim de janeiro, e a paralisação das operações em algumas minas de minério de ferro da Vale que usam barragens a montante, similares à da tragédia, podem comprometer o abastecimento das maiores siderúrgicas no país entre 30 e 60 dias. A previsão é de Flávio Rosco e Nogueira, presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg).

Após a tragédia de Brumadinho, a empresa anunciou que produzirá 92,8 milhões de toneladas a menos, quase um quarto da estimativa originalmente prevista para o ano.

Com isso, o preço da commodity já subiu cerca de 20% em 2019, dizem especialistas.

— O impacto é enorme. Dependendo do que ocorrer com o futuro da mina de Brucutu, as siderúrgicas podem ficar sem estoques entre 30 e 60 dias. Há risco de paradas nas principais, como as de Tubarão, no Espírito Santo, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e em Congonhas, em Minas Gerais. O minério de ferro de Minas, que é produzido pela Vale, é o que abastece todo o Brasil — disse Nogueira.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, reafirma a gravidade da tragédia em Brumadinho e diz que cuidar da segurança dos moradores e do meio ambiente é prioridade. Mas avalia que é preciso agilidade para garantir que as siderúrgicas não fiquem desabastecidas:

— Um problema de abastecimento às siderúrgicas pode parar o fornecimento de aço para toda a cadeia metalúrgica, o que abriria uma crise de enormes proporções, afetando a produção de máquinas e equipamentos, as montadoras, os eletroeletrônicos.

As siderúrgicas produzem 47% do minério de ferro que utilizam, segundo o Aço Brasil, enquanto 46% vêm da Vale. Em pelotas, o peso da mineradora chega a 90%.

Para Carlos Jorge Loureiro, presidente executivo do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), só haveria risco de desabastecimento se a produção de Minas Gerais parar por um longo tempo. Ele pondera, porém, que, com o minério de ferro mais caro, o preço do aço deve subir.

MME / ASCOM .